

LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA NO PROCESSO DO TRABALHO

*Amador Paes de Almeida
Renata Siciliano Quartim Barbosa*

Amador Paes de Almeida é Juiz Togado do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região (São Paulo), Prof. Doutor Titular de Direito Comercial da Universidade Mackenzie, membro do Instituto Latino-Americano de Derecho **Del Trabajo y de la Seguridad Social** (Tucumã, Argentina), do Instituto Brasileiro de Direito Social (Seção Brasileira da **Société Internationale de Droit du Travail et de la Sécurité Sociale**), do Instituto de Direito Comercial de Cairu; autor de diversas obras jurídicas. Renata Siciliano Quartim Barbosa é advogada e assessora de juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª. Região (São Paulo).

1. DA SENTENÇA ILÍQUIDA NO PROCESSO DO TRABALHO

Em conformidade com o que dispõe o artigo 459 do CPC, formulado pelo autor pedido certo, vedado é ao Juiz proferir sentença ilíquida.

Conquanto salutar, não vemos, senão eventualmente, como aplicar, no Processo do Trabalho, tal disposição.

Vários fatores concorrem para isso: a pluralidade de pretensões contidas nas iniciais, tais como verbas rescisórias, salariais, adicionais, gratificações, etc. a acolhida apenas parcial da ação (quando esta é julgada procedente em parte); o princípio inquisitorial, marcante no processo trabalhista, que faculta ao juiz a escolha de soluções diversas daquelas pretendidas na inicial (conversão da reintegração em indenização); e até mesmo o inegável exagero comumente empregado nas postulações, elevando extraordinariamente as pretensões materiais.

Por tais motivos é que, normalmente, os juízes trabalhistas se inclinam por sentenças ilíquidas, relegando para fase posterior a apuração do *quantum debeatur*, quando, então, por via adequada (cálculo, arbitramento, artigos de liquidação) e, com especial cuidado, os valores exatos são apurados.

2. NATUREZA JURÍDICA DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA

O processo de liquidação de sentença é um processo preparatório à execução, que se torna indispensável para que a sentença se cerque das condições indispensáveis à execução definitiva - **a liquidez**, que se traduz no valor definido, **a certeza**, que é a individuação das partes (credor e devedor, fixação do objeto (pecúnia, etc) e a **exigibilidade**, que é a consequência do trânsito em julgado.

Processo específico, destinado, tão-somente, à fixação do valor da condenação, a liquidação possibilita procedimento concentrado que, por isso mesmo, se mostra eficaz e seguro para que, sem erros (que implicariam enriquecimento ilícito de uma das partes) seja fixado com exatidão o valor da causa.

Por isso é que sustentamos que o parágrafo único do artigo 459, do CPC, nem sempre pode ser aplicado no processo do trabalho.

3. O PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA E A LEI Nº. 8.432/92

O processo de liquidação de sentença sempre se desenvolveu, tal como no Processo Civil, por três formas distintas: por **cálculo**, por **arbitramento** ou por **artigos**.

A primeira forma, como se sabe, é adotada quando a sentença contém todos os elementos fundamentais à fixação de seu valor, bastando para isso, simples conta aritmética. A segunda forma se impõe quando haja necessidade da utilização de *experts*, quando os cálculos se tornam mais complexos, resultando, via de regra, na nomeação, pelo juiz, de um perito. Finalmente, utiliza-se o processo de artigos de liquidação quando haja necessidade de se provar fatos novos para a fixação do *quantum debeatur*.

Com as alterações introduzidas no artigo 879, da CLT, pela Lei nº. 8.432, de 11 de junho de 1992, renomados autores, dentre os quais cumpre pôr em relevo o Prof. Amauri Mascaro Nascimento, têm sustentado que o *novo sistema*, pondo fim ao arbitramento e aos artigos de liquidação, instaura uma única forma de liquidação de sentença - a liquidação por cálculos:

*como se vê, o procedimento agora é único, não mais se cogitando de liquidação por artigos ou por arbitramento, sendo prevalente, como nota básica do novo sistema, a liquidação por cálculos...*¹

Contudo, *data maxima venia*, ousamos divergir de tal ponto de vista. A Lei nº. 8.432, de 11 de junho de 1992, na verdade, limitou-se a introduzir o § 2º., deixando íntegro o *caput* do artigo 879, da CLT.

Com efeito, o *caput* e o § 1º. do artigo 879, da CLT, permanecem inalterados:

Sendo ilíquida a sentença exequiênda, ordenar-se-á, previamente, a sua liquidação, que poderá ser feita por cálculo, por arbitramento ou por artigos.

¹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro, LTr - Suplemento Trabalhista 73/92.

§ 1º. - Na liquidação não se poderá modificar, ou inovar, a sentença liquidanda, nem discutir matéria pertinente à causa principal.

Ao dispositivo legal nominado, a Lei nº. 8.432/92 acrescentou apenas o § 2º.:

*Elaborada a conta e tornada líquida, o juiz poderá abrir às partes prazo sucessivo de 10 (dez) dias para impugnação fundamentada com indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de **preclusão***

O que na verdade buscou a Lei nº. 8.432/92 foi a faculdade do juiz “dar vista às partes” para se manifestarem sobre a “conta líquida”, adotando, na omissão da CLT, o princípio já consagrado no artigo 605 do CPC, com uma inovação - a impugnação há de ser fundamentada com a indicação dos itens e valores objeto da discordância, sob pena de *preclusão*.

Fica, pois, delineada, de forma irretorquível, a distinção entre impugnação à conta e impugnação à sentença de liquidação. A primeira há de ser argüida antes da homologação das contas; a segunda ao revés, é *a posteriori*; por isso que pressupõe sentença fixando o *quantum* da condenação, observando-se o disposto no § 3º., do artigo 884, da CLT - “somente nos embargos à penhora poderá o executado impugnar a sentença de liquidação, cabendo ao exequente igual direito no mesmo prazo.”

Assim, sob a égide da inovação introduzida pela Lei nº. 8.432/92, facultado é ao juiz conceder vista às partes das contas líquidas, antes de homologá-las.

A expressão *poderá* deixa claro o caráter facultativo e não imperativo, ficando, portanto, ao prudente arbítrio do julgador optar pela impugnação antecipada. De fato, como ressalta Francisco Antonio de Oliveira:

Ao usar o legislador o termo poderá não descartou, no que agiu bem, a possibilidade de homologação imediata dos cálculos. E não pensem que isso afrontaria o princípio do contraditório. Casos existirão em que a homologação deve ser feita de imediato, mesmo porque não haveria o que impugnar, v.g. saldo de salário em dobro, sabendo-se que o saldo de salário era de 25 dias e o trabalhador percebia CR\$ 300,00 por mês.

*Conceder-se prazo em certas hipóteses é desmerecer o bom senso.*²

Quanto a este aspecto, idêntico é o entendimento de Amauri Mascaro Nascimento:

*o juiz poderá abrir vista da conta às partes, como, ao contrário, poderá ordenar a penhora sem fazê-lo, de modo que o ato da abertura de vista passa a ser facultativo para o magistrado.*³

O silêncio de qualquer das partes implica preclusão, como aliás, deixa claro o § 2º., do artigo 879, da CLT, afastando, por via de consequência, a possibilidade de impugnar-se a sentença de liquidação em embargos à execução.

No mesmo sentido, o entendimento de José Pitás:

*apresentada a conta de liquidação por uma das partes, pelas duas partes ou por terceiro, o juiz homologará aquela que apresentar evidência de acerto, independentemente de vista à parte contrária, ou às partes, podendo a mesma ser impugnada por ocasião da oponibilidade dos embargos à execução (CLT, 884, § 3º., c.c. 879, § 2º.); ou o juiz dará vista por dez dias, da conta cuja matéria fixada pela sentença de liquidação, salvo erro material ou cálculo (CLT, 833) não poderá ser rediscutida, em princípio, nos embargos (CLT, artigo 879, § 2º.).*⁴

Da mesma forma, conclui Wagner Giglio:

*... optando pela discussão antecipada, o juiz intimará as partes para impugná-la, no prazo de dez dias para cada uma, sucessivamente, se as partes não oferecerem impugnação, ou aquela que não o fizer, não mais poderá ser utilizado o prazo dos embargos à execução para fazê-lo, porque a impugnação ficará preclusa.*⁵

² OLIVEIRA, Francisco Antônio de - *CLT Comentada*, RT, São Paulo, 1996, p. 898.

³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro, LTr - Suplemento Trabalhista 73/92

⁴ PITÁS, José - LTr - Suplemento Trabalhista 115/92.

⁵ GIGLIO, Wagner - *Direito Processual do Trabalho*, 8ª. ed., LTr, São Paulo.

4. VISTA ANTECIPADA NO ARBITRAMENTO E NOS ARTIGOS DE LIQUIDAÇÃO

Questão ainda não elucidada pelos juristas e tampouco sedimentada pela jurisprudência é a que diz respeito à aplicação da vista antecipada na hipótese do arbitramento ou dos artigos de liquidação.

À primeira vista, tudo indica que a impugnação antecipada só se refira à liquidação por cálculo, ponto de vista já abraçado por Wagner Giglio:

ainda não houve sedimentação do entendimento a ser dado a essa nova disposição, mas ao que nos parece, o preceito se aplica apenas à liquidação por cálculo, e não àquelas procedidas por arbitramento, que continuam a se desenvolver sem a alteração introduzida pela Lei nº. 8.432.⁶

Maurizio Marchetti, cuidando da questão, afirma que:

o mencionado parágrafo refere-se tão somente à liquidação por cálculos, não se aplicando às liquidações por arbitramento e por artigos, que continuam regidas pelo CPC, já que a CLT continua omissa a respeito.⁷

É de se observar, contudo, que o § 2º., do artigo 879, da CLT, com a redação dada pela Lei nº. 8.432/92, não fala em cálculos, e sim, em conta líquida, que tanto poderá significar cálculo (operação aritmética), como o resultado de um levantamento de débito (balanço ou laudo pericial), nada impedindo, na prática, a extensão do princípio à liquidação por arbitramento ou artigos.

A vista antecipada busca, como facilmente se percebe, a celeridade processual, pondo fim às impugnações meramente protelatórias, o que implica reconhecer as vantagens da interpretação extensiva, que esperamos, seja abraçada pela jurisprudência trabalhista.

⁶ GIGLIO, Wagner - *ob. cit.*, p. 580.

⁷ MARCHETTI, Maurizio, LTr - Suplemento Trabalhista 102/92.